

## Posicionamento da Supervisão Educacional sobre eventual retorno de alunos à atividades presenciais no contexto da Pandemia de COVID19, no ano de 2021

Campinas, 20 de abril de 2021

Prezado Secretário de Educação do Município de Campinas-SP,  
Professor Dr. Tadeu Jorge

Considerando:

- o cenário da pandemia, que afetou o ano letivo de 2020 iniciado com a suspensão das atividades presenciais em março/2020, se intensificou no ano de 2021 e não há melhora no presente momento diante do caráter atípico determinado pela pandemia SARs COVID-19;
- os dados mais recentes (19/04) do Boletim Diário de acompanhamento da COVID de Campinas, tanto a taxa de ocupação de leitos do SUS como de leitos privados estão acima de 90%, com 38 pacientes ainda aguardando vaga para internação;
- a curva ascendente de casos em nosso município;
- o fato de que Campinas é uma das cidades com maior índice de taxa de contágio no Estado;
- os recentes dados epidemiológicos do município de Campinas que apontam que a cidade tem o maior índice em taxa de incidência do vírus e de mortalidade em todo o estado de São Paulo, superando a cidade de São Paulo, o estado e até o país;
- a taxa de mortalidade pela Covid-19 em Campinas, que segundo dados do boletim epidemiológico semanal nº 11 do DEVISA de 09/04/2021, é de 214,6 pessoas a cada 100 mil habitantes - no país a taxa é de 162,9 pessoas a cada 100 mil habitantes, no estado é de 175,8 e na cidade de São Paulo, 193,8;
- o fato de que a abertura das escolas provoca aumento na circulação de pessoas na cidade, maior incidência de utilização de transportes públicos acarretando maior risco para a população em geral e o surgimento de novas cepas;
- o número de óbitos considerando professores, alunos e profissionais em escolas da rede estadual desde 21 de janeiro de 2021, quando se retomou aula presencial, até 19 de abril foi de 73 e o número de casos no mesmo período, em 1084 escolas: 2383 casos (Fonte: APEOESP);
- que em Campinas, em 1 de março de 2021, pelo menos 58 escolas, públicas ou privadas, tiveram casos confirmados ou suspeitos (fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Vigilância em Saúde (DEVISA));
- que a denominada fase roxa (**emergencial**) se iniciou em 15 de março e que não tivemos alteração nos dados considerando esse período até o momento atual (dados da Fundação SEADE);
- as informações noticiadas nos veículos de comunicação, sobre o número de

pessoas contaminadas na região - como por exemplo 470 alunos na UNASP-Engenheiro Coelho e 39 Cadetes, na FAB, Pirassununga (21/04), dentre outros, assim como o número e de óbitos e os índices de transmissibilidade, dentre outros, no Município de Campinas, assim como os dados acerca da situação pandêmica em nosso país;

- os diferentes posicionamentos de especialistas em infectologia, estudos e experiências de retorno de alunos às escolas no contexto da Pandemia e o posicionamento do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo;
- o posicionamento das escolas por seus sujeitos, por meio de cartas abertas, manifestos e documentos veiculados nas redes sociais, alguns deles protocolizados por grupos de pais, coletivos de educadores e coletivos representantes das escolas municipais;
- a necessidade de ouvirmos manifestações dos responsáveis pelos estudantes por meio de ampla pesquisa e publicização desses dados (lembramos que no ano de 2020 foi realizada pelo portal da prefeitura uma pesquisa com a comunidade de responsáveis e que, naquele momento, a maioria das famílias se manifestou pelo não retorno);
- neste momento muitos responsáveis pelas crianças e adolescentes já estão sendo vacinados, mas a imunização não está completa, portanto, retornar as crianças para as escolas coloca em perigo todo o esforço já realizado e toda a esperança colocada na vacinação, pois os idosos e os profissionais das escolas podem se contaminar no intervalo entre as doses;
- que o status de atividade essencial recentemente atribuído à atividade escolar permite, mas não obriga o retorno presencial em qualquer fase da pandemia, entendimento que tem norteado a opção pela manutenção do ensino remoto em grandes instituições escolares privadas e em Redes Públicas de Educação de municípios vizinhos e da região metropolitana;
- a impossibilidade de alteração do caráter mitigador das atividades ministradas sob pena de aprofundarmos as desigualdades educacionais e de multiplicarmos as práticas de exclusão social e, por último e o mais importante,
- o direito inalienável à vida, à saúde, à integridade física de nossos estudantes e seus familiares, assim como dos trabalhadores da escola,

o grupo de supervisores que assina esse documento, em cumprimento ao seu papel de analisar e contribuir com as decisões dessa digníssima Secretaria, apresenta seu posicionamento e proposições.

Dentre as ações que compõem o trabalho da supervisão educacional de Campinas, elencamos algumas que nos permitem dialogar com Vsa. Senhoria e argumentar, responsabilmente sobre os riscos que representa o retorno às aulas neste período tão incerto e neste cenário tão insalubre, que de fato acarretará um alto grau de risco para todos da comunidade escolar e extra escolar, além da responsabilização do poder público diante de novos casos de contágio e de contágio cruzado no ambiente escolar, gostaríamos de dividir os argumentos em dois grupos de ação supervisora:

- 1 - Gestão Político-Administrativa e
- 2 - Gestão de Processo Educacional:

## **Grupo 1: Gestão Político-Administrativa:**

- *Participar da elaboração, implementação e avaliação da política pública educacional municipal. (...);*
- *Atuar na implementação e no cumprimento da legislação educacional e na elaboração de atos normativos para a SME;*
- *Elaborar estudos sobre legislação educacional.*

Entendemos que é papel da supervisão, como agente do processo educacional em ação, atuar junto à SME, na construção de políticas públicas educacionais coerentes com os direitos constitucionais dos cidadãos, apresentando subsídios fundamentados na legislação e no bom senso que corroborem com as decisões governamentais. Levando em conta o exposto, aponta - se:

1. a gravidade do momento pandêmico - Covid 19, vírus que coloca em risco a vida dos cidadãos;

2. o fato de que vivemos o pior momento da pandemia, com o surgimento de novas cepas a cada dia e aumento do número de mortes entre os mais jovens e sem comorbidades, embora ainda não tenha estudos epidemiológicos conclusivos, vários médicos, especialistas e estudiosos, têm chamado atenção para o maior acometimento de adultos abaixo de 60 anos, jovens e pessoas sem comorbidades. Se no início da pandemia, em 2020, a doença tinha como público mais vulnerável as pessoas com mais de 60 anos, nessa fase atual há uma nítida percepção e os números atestam que populações antes consideradas protegidas de contaminação e de mortes, como por exemplo, pessoas de 18 a 50 anos e aqueles sem comorbidades, estão sendo duramente atingidas. Pois, segundo os especialistas duas explicações para o fato se destacam: a falta de combate mais rigoroso às aglomerações e flexibilização extemporânea das regras de isolamento social permite maior circulação do vírus entre os mais jovens, e as novas cepas em circulação, principalmente a cepa originária do Amazonas, parecem ter mais virulência e maior capacidade de infecção;

3. o risco na decisão de retorno às aulas, antes da vacinação em massa dos sujeitos que atuam nas unidades escolares, quer seja diretamente ou indiretamente e a situação de que a vacinação apenas iniciada entre os maiores de 47 anos não garante nada, considerando inclusive que estes profissionais só receberam a primeira dose;

4. a necessidade de ampliação do debate sobre a temática envolvendo todos os sujeitos das escolas como principais aliados na educação de crianças, jovens e adultos;

5. a responsabilidade da SME/PMC em casos de novas contaminações e baixas provenientes do convívio entre alunos e profissionais da educação nas escolas;

6. a impossibilidade de garantir as condições de segurança necessárias no trajeto dos alunos e alunas até a escola;

7. nos perguntamos se o governo municipal, que neste período de pandemia sempre esteve preocupado com o bem estar da população, irá assumir ações que colocam em risco a vida da população campineira, colocando questões econômicas acima da vida, autorizando o retorno às aulas presenciais num dos piores momentos da pandemia podendo contribuir tanto para o aumento de maior circulação do vírus quanto por expor jovens a essas novas cepas.?

### **Gestão do Processo Educacional:**

- *Supervisionar o processo de elaboração e acompanhar a implementação e a avaliação do Projeto Pedagógico das UEs e a gestão das vagas nas escolas;*
- *Analisar os resultados da avaliação da aprendizagem e propor ações para a sua qualificação;*
- *Acompanhar, conferir, orientar e verificar a execução dos processos de planejamento para o atendimento da demanda, matrículas e atribuição aos professores e agentes de educação infantil/monitores infantojuvenis;*
- *Validar os planos individuais de ensino/trabalho dos professores; o calendário escolar; as informações das unidades educacionais para o planejamento anual do atendimento à demanda; (...)*

Considerando a responsabilidade atribuída à supervisão educacional e demais especialistas da educação e a todas as ações e providências implementadas pela SME envolvendo os cuidados que o momento exige, como por exemplo os documentos orientadores; criação de espaços e salas virtuais, entrega de chip para acompanhar e alcançar os alunos; entrega de computadores aos professores; entrega de cestas básicas e acompanhamento das escolas pelos especialistas de educação, a supervisão ressalta atribuições da SME, como as de:

1. Acompanhar e avaliar o processo vivido e em andamento respeitando-se todos os sujeitos envolvidos com a educação pública;
2. Considerar os trabalhos pedagógicos desenvolvidos e em desenvolvimento nas escolas como potenciais e importantes atos formativos;
3. Avaliar as aprendizagens decorrentes dos processos inter relacionais advindos dos formatos didático-pedagógico e tecnológicos;
4. Considerar as mudanças nos modelos de escola historicamente construídos e a nova forma escolar que a pandemia apresenta;
5. Assumir o compromisso inerente à educação - a formação humana e integral dos estudantes para o desenvolvimento da cidadania.
6. Oferecer ambientes escolares pedagogicamente adequados às propostas educativas, assim como seguros e salubres conforme determinação da Secretaria de Saúde Pública e Vigilância Sanitária;

A partir desses argumentos, a supervisão educacional, que assina o presente documento se posiciona:

- **em defesa da saúde, integridade física, afetiva, moral e da vida dos estudantes, profissionais da escola e familiares;**
- **contrária à decisão de retorno às aulas nesse momento sem garantir o amplo diálogo com os sujeitos das escolas;**
- **contrária à decisão de retorno às aulas sem a vacinação das e dos profissionais da educação.**

Como proposição, a presente supervisão educacional aponta que a SME tem força para promover um plano coletivo de:

- a) Acompanhamento dos trabalhos pedagógicos e monitoramento da devolutiva dos estudantes, assim como do alcance dos mesmos enquanto estivermos

no contexto complexo em que nos encontramos, considerando os dados epidemiológicos apresentados acima;

- b) Ampliação do debate com as escolas e comunidade para decisões coletivas e corresponsáveis sobre o retorno à escola;
- c) Avaliação e planejamento coletivo, corresponsável e sustentável para o retorno dos estudantes às aulas, no ano de 2021.

Considerando a possibilidade de um futuro retorno que busque providenciar o máximo de segurança possível e que leve em consideração as necessidades apontadas pelas escolas e sua comunidade mais ampla, propomos como encaminhamento:

- que as escolas sejam acompanhadas em suas singularidades, e que suas necessidades sejam assumidas coletivamente pelas diferentes instâncias que compõem a SME e o DEVISA, considerando a SMS;
- que o DEVISA oficialize o parecer técnico, indicando as condições sanitárias de cada escola considerando um futuro retorno;
- que o DAE publicize as respostas para as condições apontadas pelos Conselhos de Escola;
- que o CGP se posicione em relação à contratação dos profissionais apontados como necessários para um futuro retorno, com especial atenção para a CGP terceirizados;
- que a CAE indique as reformas, adequações e construções realizadas para garantir as condições de um futuro retorno.

E por fim, solicitamos que para que o retorno seguro, seja orientado pelos indicadores defendidos por inúmeros médicos sanitaristas, estudiosos e pesquisadores da área da saúde, sendo eles:

- **total de óbitos diários próximo de zero;**
- **ocupação de leitos de UTI abaixo de 75%;**
- **toda a comunidade escolar vacinada;**
- **número de casos em queda sustentada, ou seja por mais de 4 semanas.**

Isto posto, o grupo de supervisão entende que o ano letivo de 2021, enquanto perdurarem os riscos para a saúde de todas e todos - assim como demais anos letivos vindouros - têm e terão o formato que atribuímos a eles - ***o que defendemos é que sejam anos promotores de conhecimentos éticos, humanos e fraternos com a mitigação dos prejuízos educacionais, em tempos em que a vida é mais importante que os modelos escolares enraizados, e entendemos que se faz necessária a reconstrução de outros caminhos educacionais.***

*Supervisão Educacional - SME*

Ao Sr. Secretário de Educação, nossa estima e consideração.